



Projecto de
DECLARAÇÃO COMUM
DA COMISSÃO ARCO ATLÂNTICO E DA
CONFERÊNCIA DAS CIDADES DO ARCO
ATLÂNTICO
EM PROL DE UMA POLÍTICA DE COESÃO
MAIS PRÓXIMA DOS CIDADÃOS
E DA INTEGRAÇÃO DAS TEMÁTICAS
URBANAS NA POLÍTICA REGIONAL



Junho de 2004

As regiões e as cidades do Arco Atlântico felicitam-se das propostas da Comissão Europeia contidas no terceiro Relatório sobre a Coesão. Aprovam especialmente a proposta da Comissão de manter uma política regional para todo o território e saúdam, assim, o objectivo de “competitividade regional e emprego” insistindo para que seja um objectivo prioritário destinado a melhorar a competitividade das cidades e das regiões da Europa no seu conjunto. Advertem ao mesmo tempo contra toda a tentação de renacionalização da política de coesão e reafirmam a necessidade de fazer coincidir as ambições destas propostas com as realidades do financiamento comunitário.

A Comissão Arco Atlântico e a Conferência das Cidades do Arco Atlântico reunidas em Assembleia-Geral respectivamente em 25 de Junho e 2 de Julho de 2004 adoptam uma declaração comum destinada a demonstrar o seu empenhamento numa política de coesão europeia, cuja definição e gestão se farão o mais próximo possível do cidadão e defendem a integração das temáticas urbanas na política regional. Estas duas organizações assinalam assim a sua vontade de cooperar para este objectivo ao longo das negociações regulamentares e orçamentais que começarão no fim do Verão de 2004.

1. Integração das temáticas urbanas na política regional

A Comissão Arco Atlântico e a Conferência das Cidades do Arco Atlântico consideram como uma condição prévia a participação de *todas* as pessoas colectivas territoriais na definição e na elaboração dos programas tanto nacionais como regionais resultantes da política de coesão. As duas organizações estarão particularmente atentas ao respeito no terreno dos princípios da subsidiariedade, da descentralização e da parceria, nos moldes propostos no terceiro Relatório sobre a Coesão, permitindo uma real implicação útil e coerente das autarquias locais na sua diversidade e complementaridade.

A Comissão Arco Atlântico e a Conferência das Cidades do Arco Atlântico felicitam-se que o escalão regional seja reconhecido como agente do crescimento e da competitividade europeia. A abordagem económica em articulação com o ordenamento do território deve dar lugar a uma verdadeira parceria do conjunto das pessoas colectivas interessadas, graças à subdelegação de responsabilidades no respeito dos sistemas institucionais de cada Estado.

As regiões e as cidades do Arco Atlântico saúdam a proposta de incluir no objectivo de “competitividade regional e emprego” as temáticas urbanas graças ao programa URBAN+. Na perspectiva de um desenvolvimento policêntrico da Europa, caro às pessoas colectivas do Arco Atlântico, é necessário propor uma vertente urbana em cada programa regional, co-financiado pelo FEDER no âmbito dos dois objectivos de “convergência” e de “competitividade regional e emprego”. Os primeiros relatórios intercalares dos trabalhos sobre a definição de um Esquema de Desenvolvimento do Espaço Atlântico, conduzidos pela Comissão Arco Atlântico, tendem a demonstrar que as cidades atlânticas, independentemente da sua dimensão, são um dos principais motores do desenvolvimento regional nos territórios sobretudo rurais. Afigura-se, pois, útil poder integrar as temáticas urbanas no âmbito mais global do desenvolvimento territorial para uma melhor coerência e uma utilização óptima, porque coordenada, dos recursos.

Esta abordagem tem por objectivo a integração das problemáticas urbanas na sua diversidade (regeneração urbana, problemas sociais, desenvolvimento económico) e na perspectiva de um desenvolvimento harmonioso e competitivo dos territórios no seu conjunto.

Quanto à vertente social através do FSE, a Comissão Arco Atlântico e a Conferência das Cidades do Arco Atlântico desejariam que esta não fosse apenas conduzida no âmbito de programas nacionais. Assim, as cidades e as regiões estão implicadas, consoante os países, na aplicação da estratégia europeia para o emprego, nomeadamente no que se refere à educação e formação ao longo da vida, ao aperfeiçoamento e valorização do capital humano, ao acesso ao mercado de trabalho de grupos em situação precária.

Conviria regionalizar uma parte dos fundos FSE à disposição e, à semelhança do FEDER, associar todos os parceiros dos territórios na definição e na execução dos programas. As grandes orientações podem ser fornecidas pela Comissão Europeia e pelos Estados, mas a definição de programas específicos, adaptados às realidades dos territórios, deve fazer-se mais perto dos cidadãos.

Os regulamentos de diferentes Fundos Estruturais previstos para Julho de 2004 deverão instituir princípios de parcerias *vinculativas* e uma obrigação de trabalho em comum abrangendo o conjunto dos parceiros territoriais, em articulação com as entidades nacionais. Estas regras deverão, evidentemente, ser flexíveis e ter em conta as competências das diferentes pessoas colectivas, diferentes consoante os países, mas ditarão as condições de uma parceria real e efectiva.

Neste caso, as regiões serão protagonistas e motores do desenvolvimento territorial equilibrado da União, na prossecução dos objectivos de Lisboa e de Gotemburgo, desempenhando as cidades um papel central no crescimento e contribuindo ao mesmo tempo para melhorar o bem-estar da população. Também neste caso, poder-se-ão materializar os preceitos estabelecidos pelo relatório sobre o respeito dos princípios da subsidiariedade, da parceria e da descentralização no interesse das políticas aplicadas.

2. Cooperação territorial europeia

As regiões e as cidades do Arco Atlântico regozijam-se da proposta da Comissão de considerar a cooperação territorial como objectivo de pleno direito da política de coesão, dotado de um orçamento duas vezes superior ao do programa Interreg III .

Atentas a experiência de cooperação acumulada no âmbito dos programas Interreg IIC e IIIB-Espaço Atlântico e as perspectivas de cooperação para o futuro, é vital manter o espaço atlântico como espaço privilegiado de cooperação, introduzindo-lhe, porém, uma certa flexibilidade e uma simplificação na definição e na gestão deste novo objectivo em que as regiões e as cidades deverão participar. A nova geração de programas de cooperação territorial deverá necessariamente reforçar o papel efectivo das regiões nas suas estruturas de acompanhamento e de gestão. Uma declaração específica neste sentido está a ser preparada.

Propostas

Em conformidade, as regiões e as cidades do Arco Atlântico acordam em:

- ✓ Criar a partir de Setembro um grupo conjunto de trabalho sobre a política regional que terá por objectivo assegurar o acompanhamento dos trabalhos da Comissão e do Conselho em matéria de política regional e trabalhar na formulação de propostas concretas sobre as modalidades de gestão descentralizada no que se refere à definição e à execução da política de coesão, nomeadamente quanto à integração de temáticas urbanas na política regional.
- ✓ Defender conjuntamente um espaço de cooperação pertinente e um programa de gestão adaptado às necessidades dos agentes da cooperação territorial atlântica.

Solicitam, neste contexto, ser o interlocutor privilegiado da Comissão e do Conselho nas futuras negociações sobre os regulamentos e o orçamento da política de coesão.